

Representantes Web 2.0? Um estudo sobre o uso das NTICs pelos deputados estaduais brasileiros na 16ª Legislatura

Autor: Leticia Carina Cruz
(Mestrado em Ciência Política – UFPR)



ST02: Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura

Coordenadores:

Sérgio Amadeu da Silveira (UFABC)

Sérgio Soares Braga (UFPR)

Caxambu, outubro de 2010

Representantes Web 2.0? Um estudo sobre o uso das NTICs pelos deputados estaduais brasileiros na 16ª Legislatura

Resumo: O objetivo deste trabalho é fazer uma avaliação do uso das NTICs pelos deputados estaduais e construir um perfil sócio-político destas elites a partir das informações encontradas nos sites legislativos. Buscaremos também apresentar uma proposta de construção de um indicador para avaliar e mensurar o grau de disponibilidade das informações sobre tais elites na Web, especialmente nas home pages das casas legislativas onde atuam tais parlamentares.

Palavras-chave: Novas tecnologias de participação; elites parlamentares brasileiras; internet e política

Introdução¹.

O objetivo deste trabalho é fazer uma avaliação do uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) pelos deputados estaduais brasileiros da atual legislatura (2007-2011) e construir um perfil sócio-político destas elites a partir das informações encontradas nos sites legislativos. Buscaremos também apresentar uma proposta de construção de um indicador para avaliar e mensurar o grau de disponibilidade das informações sobre tais elites na Web, especialmente nas home pages das casas legislativas onde atuam tais parlamentares. Nesse sentido, menos do que uma investigação exaustiva sobre as características em si dos perfis e dos padrões de recrutamento de tais elites parlamentares, interessa-nos mapear que tipo de informação se pode obter e até onde pode chegar a análise política a partir dos dados disponibilizados sobre tais atores nos websites dos órgãos legislativos brasileiros.

Com efeito, embora já exista um corpo razoável de estudos sobre o recrutamento e o perfil sociopolítico dos políticos sul-americanos de uma maneira geral, e das elites parlamentares brasileiras em particular poucos destes estudos buscam avaliar o uso que tais atores fazem da web para interagir e se comunicar com o eleitor. Por outro lado, os

¹ A presente investigação foi desenvolvida no Grupo de Estudos: "Democracia, Instituições Políticas e Novas Tecnologias", do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, e no contexto da pesquisa intitulada *Representação política, elites parlamentares brasileiras e as TICs: perfil sociopolítico, uso da internet e percepções do processo de modernização dos órgãos parlamentares pelos senadores, deputados federais e deputados estaduais brasileiros (2007-2010)* coordenada pelo nosso orientador no programa de mestrado em Ciência Política da UFPR, Prof. Sérgio Braga, e financiada pelo CNPq (Edital Humanas/Sociais Aplicadas).

poucos estudos existentes sobre a relação entre internet e elites parlamentares (CARDOSO, 2003; CUNHA, 2005; SILVA, 2007), geralmente relegam a segundo plano as questões relacionadas aos perfis sociais e às características do “recrutamento” de tais elites, centrando seu foco de atenção no problema da interação ou dos “graus de participação” do eleitor em relação a seu representante. Neste artigo, procuraremos empreender uma análise nesse sentido, na medida em que buscaremos efetuar uma caracterização dos perfis dos deputados estaduais utilizando apenas as informações disponíveis na internet. Com isso, procuraremos integrar duas áreas de pesquisa geralmente separadas nos estudos sobre as elites políticas, especialmente as elites parlamentares: (i) por um lado, os estudos sociológicos sobre recrutamento, perfil e valores ideológicos das elites; (ii) por outro, os estudos sobre comunicação política e como tais elites dirigentes interagem com a opinião pública e com os cidadãos de uma maneira geral através dos recursos da mídia. Sublinhe-se desde logo que tal objetivo se compatibiliza com a premissa teórico-metodológica mais geral que orienta este trabalho: conforme observado por alguns autores cujas contribuições constituem o pano de fundo mais geral do presente texto (CASTELLS, 2000; NORRIS, 2001), e conforme observado em outros trabalhos (BRAGA, 2007a; 2007b), as ferramentas utilizadas pela internet, desde que adequadamente utilizadas, podem ser um importante instrumento não só de conhecimento das elites dirigentes pelos pesquisadores e pelo público especializado, mas também de controle e monitoramento de tais elites políticas e da esfera pública de uma maneira geral pelos cidadãos.

Para abordar tais temas, organizaremos nossa exposição da seguinte maneira: (1) Em primeiro lugar, definiremos o universo empírico de nossa pesquisa e esclareceremos algumas opções metodológicas adotadas no curso da presente investigação, seguindo sugestões metodológicas efetuadas por outros autores (Braga & Nicolás, 2008; Nicolás, 2009); (2) em seguida, faremos uma análise geral das informações disponíveis nos websites das casas legislativas sobre os deputados estaduais que delas fazem parte; (3) por fim, empreenderemos um breve exame comparativo das elites parlamentares por regiões brasileiras, a partir das informações disponíveis sobre as mesmas nos websites parlamentares.

Por trabalhos anteriores, já temos como hipótese fundamental o fato de que, salvo em um ou outro website parlamentar isolado, ainda resta muito caminho a percorrer para que a internet se constitua numa fonte sistemática para o estudo das elites políticas, de

natureza análoga a das demais. Sendo assim, é indispensável que os analistas políticos e pesquisadores sobre as elites em geral e as elites parlamentares em particular desenvolvam instrumentos para avaliar e monitorar a quantidade e a qualidade das informações disponíveis em tais websites, para que estes divulguem informações sistemáticas e transparentes sobre os políticos, e não se convertam apenas em uma espécie de outdoor virtual dos deputados estaduais que agregue pouco valor às pesquisas sobre as elites e sistemas políticos e deixe de ser um instrumento de maior controle do cidadão-internauta sobre estas próprias elites.

Frise-se, por fim, que devido ao caráter exploratório e ainda inicial deste estudo, procuraremos analisar algumas poucas variáveis de maneira mais intensiva, a fim de tomá-las como exemplo e ilustração do tipo de abordagem a ser posteriormente desenvolvido de maneira mais aprofundada. Assim, não é nosso objetivo nesse texto efetuar um estudo exaustivo de todos os problemas levantados, mas indicar diretrizes de pesquisa e apresentar algumas evidências e resultados iniciais de uma investigação em andamento.

Para cumprir estes objetivos, e elaboramos uma “planilha prosopográfica” (HEINZ, 2006) contendo as biografias coletivas dos 1059 deputados estaduais no exercício do mandato na 16ª legislatura das Assembléias e Câmaras Legislativas brasileiras (2007-2011), utilizando exclusivamente as fontes encontradas na internet, onde buscamos organizar as informações sobre as seguintes dimensões da atividade de tais parlamentares: (1) perfil social e biográfico dos deputados e deputadas (abrangendo itens tais como cor da pele, idade, sexo, nível educacional, profissão e estrato social); (2) trajetória política (forma de entrada na política; cargos administrativos e eletivos anteriormente ocupados; filiações partidárias anteriores; vínculos com associações e movimentos sociais, dentre outras atividades); (3) comportamento político (proposições apresentadas e aprovadas; comportamento durante as votações nominais; índice de presença em plenário; disponibilidade de websites; informações sobre o uso de verbas indenizatórias etc.).

Assim sendo, nosso objetivo básico nesse texto é duplo: (1) Em primeiro lugar, examinar o grau de uso da internet pelos diferentes partidos políticos relevantes representados nas Assembléias Legislativas brasileiras, tal como indicado pelas informações contidas nos websites destas casas legislativas sobre as elites parlamentares que delas fazem parte; (2) Em segundo lugar, nossa proposta básica nesse *paper* é fazer um estudo sobre o uso da Web pelos deputados estaduais da

legislatura de 2007-2011 das Assembléias e Câmaras Legislativas estaduais brasileiras e verificar se a intensidade deste uso está relacionada com (sim ou não) determinadas características dos perfis de recrutamento dos subgrupos de parlamentares representados nas ALES. Entretanto, deve-se esclarecer desde logo que, menos do que uma investigação exaustiva sobre as características em si dos perfis e dos padrões de recrutamento de tais elites parlamentares, interessa-nos mapear que tipo de informação se pode obter e até onde pode chegar a análise política a partir dos dados disponibilizados sobre tais atores nos websites dos órgãos legislativos brasileiros, tal como eles se encontravam organizados e disponíveis nas home pages das assembléias legislativas brasileiras no primeiro semestre de 2008.

Com efeito, embora já exista um corpo razoável de estudos sobre a cultura política, o recrutamento e o perfil sociopolítico das elites políticas brasileiras de uma maneira geral, e de suas elites parlamentares em particular², poucos destes estudos buscam avaliar o uso que tais atores fazem da Web para interagir e se comunicar com o eleitor, ou utilizar as fontes disponíveis na internet para divulgar suas atividades para a opinião pública. Por outro lado, os trabalhos existentes sobre a relação entre internet e elites parlamentares (ALEPERIN & SCHUTZ, 2003; CARDOSO, 2003; DADER, 2003; CUNHA, 2005; MARQUES, 2007), geralmente relegam a segundo plano as questões relacionadas aos perfis sociais e às características do “recrutamento” de tais elites, centrando seu foco de atenção no problema da interação ou dos “graus de participação” do eleitor em relação aos processos decisórios nos quais ele está inserido.

Para cumprir os objetivos acima estipulados, organizaremos nossa exposição da seguinte forma: (1) inicialmente, apresentaremos a metodologia e o universo empírico de nossa pesquisa, e empreenderemos uma avaliação das informações sobre os padrões de “recrutamento” e de “comportamento” parlamentares disponíveis sobre os parlamentares dos principais partidos relevantes representados nas Assembléias Legislativas brasileiras. O objetivo dessa sessão é testar a plausibilidade de nossa expectativa inicial de pesquisa de encontrar diferenças significativas entre os diversos partidos políticos e campos

² Dentre estes estudos mais recentes sobre as elites políticas e parlamentares brasileiras, além de vários perfis biográficos publicados por instituições especializadas (DIAP, agências de análise política, casas legislativas), devemos destacar os trabalhos de RODRIGUES, L. M. (2002, 2006). MARENCO (2000, 2007) e MESSENBURG (2002, 2007) para os legislativos nacionais, e de LIMA JR. & CAMARGO (1998), ANASTASIA (2005) e RODRIGUES, F. (2006) para as unidades subnacionais de governo. No tocante aos estudos sobre cultura política, valores e elites políticas, conferir o conciso mas fundamentado balanço efetuado por PERISSINOTTO & BRAUNERT (2006). Os autores observam que apenas recentemente começaram a surgir estudos mais sistemáticos sobre os valores e a cultura política das elites nas unidades subnacionais brasileiras.

ideológicos no tocante à disponibilização de informações nos websites das ALES sobre o perfil social, a socialização e o comportamento político das elites parlamentares; (2) em segundo lugar, efetuaremos um breve estudo comparativo de algumas características dos deputados “usuários” e “não-usuários” da web, tal como indicado pela construção ou não de websites pessoais pelos deputados.

1) Padrões de recrutamento dos partidos políticos a partir da Web

Inicialmente devemos responder à questão de se podemos observar, assim como ocorre em relação às várias regiões do país, uma ampla margem de variação nas informações disponibilizadas na web pelos diferentes partidos políticos representados nas Assembléias estaduais. Isso nos possibilitará testar algumas proposições acerca da relação existente entre uso da web e características das diferentes agremiações partidárias. Para cumprir tal objetivo, definiremos inicialmente o universo empírico pesquisado e esclareceremos alguns aspectos da metodologia empregada em nossa pesquisa; em seguida, avaliaremos as informações contidas nos websites das assembléias legislativas brasileiras sobre o “perfil social” dos deputados estaduais, tantos de seus “atributos inatos”, quanto de seus atributos “adquiridos”; em terceiro lugar, avaliaremos as informações disponíveis nos websites das Assembléias sobre a trajetória política pregressa dos deputados, ou seja, de sua atuação ou “socialização” política antes de assumirem os mandatos nas casas legislativas na legislatura em tela; por fim, avaliaremos as informações disponíveis nos websites parlamentares sobre aqueles itens que julgamos mais relacionadas ao “comportamento político” dos deputados, tanto aquelas que podem ser acessadas diretamente pelo cidadão-internauta através dos perfis individuais dos deputados disponíveis nos sites das Assembléias, quanto aquelas que estão acessíveis exclusivamente através dos websites parlamentares.

1.1) O universo empírico da pesquisa e a metodologia empregada.

Ao todo foram pesquisados 1059 deputados estaduais que estavam no exercício de seus mandatos nos legislativos estaduais brasileiros no primeiro semestre de 2008,

distribuídos num total de 26 legendas³. A coleta dos dados até esse período deveu-se ao fato de que nossa intenção é a de apresentar dados atualizados sobre o uso da internet e outras dimensões do comportamento político dos deputados, tais como migração partidária e variação dos percentuais de legendas entre os vários partidos e blocos partidários ao longo da legislatura. Deve-se sublinhar que, ao contrário de legislaturas anteriores, onde as assembleias de Alagoas e Rondônia estiveram fora do ar durante todo o período pesquisado, *no primeiro semestre de 2008 todas as Assembleias Legislativas brasileiras possuíam websites disponíveis na Web* sendo esta a primeira legislatura onde isto ocorre em toda a história legislativa brasileira. A partir dos dados coletados exclusivamente nos websites das Assembleias Legislativas foi montada uma planilha contendo informações sobre as “biografias coletivas” de todos os parlamentares pesquisados. A distribuição do quadro partidário por região durante o período pesquisado, acompanhada das variações de deputados na legenda do partido em comparação com a bancada da posse é dada pela tabela seguinte:

Tabela 1: Distribuição dos partidos por região nas Assembleias Legislativas brasileiras (maio de 2008 X eleitos pelo TSE)⁴

	Centro-oeste			Nordeste			Norte			Sudeste			Sul			Total	
	N	%	Δ	N	%	Δ	N	%	Δ	N	%	Δ	N	%	Δ	N	Δ
PMDB	23	20,4	-1	44	12,9	1	32	17,3	5	32	11,8	-1	38	25,5	0	169	4
PSDB	19	16,8	2	48	14,1	-1	21	11,4	-1	46	17,0	2	18	12,1	0	152	2
PT	13	11,5	0	33	9,7	0	20	10,8	0	39	14,4	3	22	14,8	0	127	3
ppd	6	5,3	-2	59	17,3	-3	30	16,2	-2	28	10,3	-5	3	2,0	1	126	-11
DEM	11	9,7	0	44	12,9	-5	13	7,0	-2	30	11,1	2	13	8,7	-1	111	-6
PDT	8	7,1	1	22	6,5	1	7	3,8	-1	18	6,6	-1	13	8,7	1	68	1
PSB	3	2,7	0	34	10,0	2	8	4,3	0	15	5,5	2	4	2,7	0	64	4
PP	7	6,2	1	11	3,2	0	7	3,8	-1	10	3,7	0	20	13,4	1	55	1
PTB	7	6,2	-1	15	4,4	2	11	5,9	2	15	5,5	3	7	4,7	-1	55	5
ppe	0	0,0	0	11	3,2	-2	13	7,0	2	21	7,7	0	2	1,3	0	47	0
PRB	12	10,6	2	15	4,4	5	12	6,5	-2	6	2,2	-5	2	1,3	0	47	0
PPS	4	3,5	-2	5	1,5	0	11	5,9	0	11	4,1	0	7	4,7	-1	38	-3
Total	113	100	0,0	341	100	0,0	185	100	0,0	271	100	0,0	149	100	0,0	1059	0

Fonte: TSE/Elaboração Própria

³ No momento atual estamos finalizando a tabulação dos dados para o final da legislatura com vistas e cotejá-los com os resultados obtidos no início da legislatura.

⁴ Pequenos Partidos de Direita (ppd) são os seguintes: PAN, PHS, PMN, PR, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC, PTdoB, PTN. Pequenos partidos de esquerda (ppe) são: PCB, PCdoB, PV e PSOL. Em relação ao quadro partidário vigente por ocasião da realização das eleições, em outubro de 2006, as principais modificações foram as seguintes: (i) a fundação do PRB/Partido Republicano Brasileiro em agosto de 2005, incorporando legendas tais como o PL e o PRONA; (ii) a transformação do antigo PFL em DEM/Democratas, no Congresso de refundação do partido em março de 2007, após a derrota eleitoral no pleito de outubro de 2006. Seguimos aqui tipologia elaborada por Braga & Nicolás (2008).

A tabela acima nos fornece informações sobre a distribuição dos partidos políticos nas Assembléias Legislativas estaduais no mês de maio de 2008, acompanhadas das respectivas variações de bancadas em comparação com as bancadas pelos quais os deputados foram originalmente eleitos, segundo os dados divulgados pelo TSE por ocasião da realização do pleito eleitoral. Comparando os dados com as informações referentes ao final da legislatura anterior (BRAGA, FRANÇA & NICOLÁS, 2007), podemos destacar as seguintes alterações: (i) um acentuado crescimento do PMDB, que passa do segundo maior partido nas ALES (com 153 cadeiras), para o maior partido (169), num ganho total de 16 cadeiras; (ii) uma queda na bancada do PT que passa de 141 deputados, ao final da 15ª Legislatura, para 127 ao início da 16ª, com uma perda de 14 parlamentares; (iii) um declínio ainda mais acentuado do antigo PFL, agora sob a denominação de DEM, que passou de 129 deputados para 111 (perda de 18); (iv) os partidos que mais cresceram em relação ao final da legislatura anterior foram o PSB, variando de 45 deputados para 64, num ganho de 19 cadeiras; os “pequenos partidos de direita”, que variaram de 108 cadeiras para 126, num ganho total de 18 cadeiras, e os “pequenos partidos de esquerda”, que variaram de 32 deputados estaduais para 47, num ganho de 15 cadeiras.

Com relação às variáveis “brutas” que usamos para construir as planilhas biográficas, elas estão enumeradas na tabela abaixo, acompanhadas das frequências de cada item encontradas nos websites nas 27 assembléias legislativas brasileiras pesquisadas. Nossa expectativa inicial era encontrar variações análogas de presença destas variáveis entre os partidos ao que já havíamos encontrado entre as regiões do país em outros estudos anteriores, expectativa esta que, como veremos, terminou não se concretizando. Na tabela constam algumas das principais categorias “brutas” que constam na planilha construída, assim como a frequência de parlamentares onde conseguimos obter informações sobre as mesmas. A partir delas, construímos as tabelas e elaboramos os indicadores que seguem abaixo.

**Tabela 2: Exemplos de variáveis pesquisadas
e sua frequência no site das Assembléias Legislativas brasileiras.⁵**

I) PERFIL SOCIAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS [ATRIBUTOS INATOS E ADQUIRIDOS]		II) TRAJETÓRIA POLÍTICA	
	%		%
Foto do deputado/6	95,3	Informa votação no perfil/6	48,2
Local de nascimento/5	54,2	Informações sobre ano de início da carreira/5	55,1
Informações satisfatórias sobre atividade prof./4	38,2	Informações sobre local de início da carreira/5	57,8
Informa estado civil/2	28,3	Informações sobre via de entrada na política/5	61,7
Data de nascimento/2	45,6	Destaque para filiações partidárias anteriores/5	16,3
Informações satisfatórias sb. formação escolar/2	45,7	Informa vínculos com associações ou movimentos sociais/4	20,5
Informações satisfatórias sobre onde formou-se/1	25,7	Informações sobre metas propostas eleitorais/3	18,7
Informa ano em que se forou/1	8,9	Informa ano do primeiro mandato político/2	55,3
Nome do chefe de família/0,5	25,6	Destaque para mandatos de dep. Est./2	52,1
Profissão do chefe da família/0,5	8,7	Destaque para mandatos legislativos exercidos/2	50,1
III) COMPORTAMENTO POLÍTICO A PARTIR DOS PERFS		IV) COMPORTAMENTO POLÍTICO A PARTIR DOS SITES:	
	%		%
Titular no mandato	74,9	Cargos ocupados a partir do site	89,9
Não migrou	68,7	Acesso às proposições apresentadas	48,6
Tem website pessoal ou institucional	54,3	Leis aprovadas a partir do site	64,4
Informa fone de contato no perfil?	42,4	Informações agregadas sobre presença em plenário	23,3
Informa endereço de gabinete?	33,7	Informações agregadas sobre verbas de gabinete	9,4
Link para projetos de lei no site do deputado	26,1	Votações nominais	12,5
Link para requerimentos?	21,8	Informações sobre emendas orçamentárias a partir do site	37,6
Link para principais leis de sua autoria?	16,6	Presença nas Comissões a partir do site	18,8

Fonte: Elaboração Própria

A partir da aplicação desta planilha construímos um indicador para avaliar o grau de presença e ausência de cada um dos itens nos diferentes partidos políticos pesquisados, dado que os partidos foram a unidade básica de pesquisa do presente estudo. O indicador é construído a partir da média ponderada do grau de presença ou ausência de cada uma das informações segundo o interesse para nossa pesquisa, em uma escala que vai de zero (quando o item não se encontra presente no site de nenhuma Assembléia Legislativa) até 6 (grau máximo de importância do item para nossa pesquisa).

1.2) Perfil social e biográfico dos deputados estaduais brasileiros e a Web.

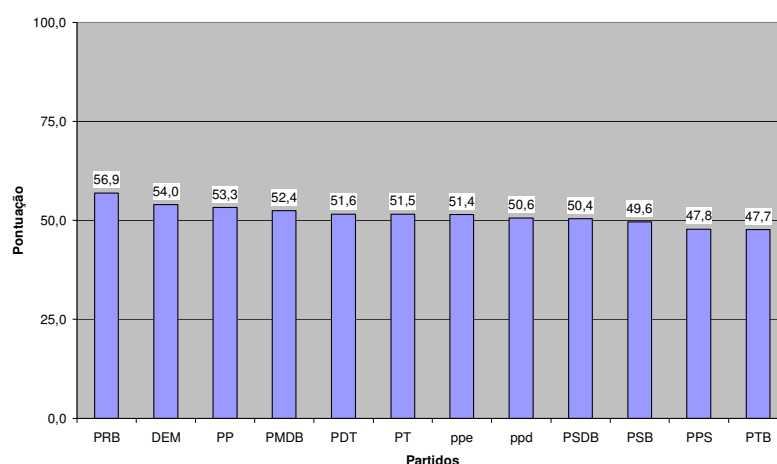
Podemos agora, a partir dos dados brutos e agregados sintetizados na tabela anterior, efetuar uma análise do recrutamento dos 1059 deputados estaduais e distritais brasileiros, procurando caracterizar os diferentes partidos políticos relevantes representados nas Assembléias Legislativas a partir das informações contidas nos websites das instituições. Frise-se que todas as categorias incluídas nas tabelas abaixo

⁵ Quando fazemos menção a “destaque para” determinada informação, isso significa que foi criado um item específico, no perfil de cada parlamentar, para indicar a existência de tal informação, não estando a mesma misturada a outros dados sobre os deputados no corpo de seu perfil. Um bom exemplo desse tipo de organização das informações sobre os parlamentares pode ser encontrado no site da Câmara dos Deputados e de algumas Assembléias estaduais brasileiras, tais como a Bahia, Goiás e Minas Gerais, por exemplo.

foram obtidas a partir dos dados brutos coletados nos websites das casas legislativas e resumidas na tabela anterior.

O primeiro atributo do perfil social dos parlamentares que iremos analisar, assim como de sua presença na internet, são aqueles “atributos inatos”, ou seja, aqueles que independem dos processos de socialização e de adaptação diferenciais dos quais foram objetos e agentes os próprios deputados a partir da data de seu nascimento. Do ponto de vista da proposta inicial deste texto mais importante do que efetuar uma análise e descrição dos dados coletados é empreender uma avaliação do grau de disponibilidade das informações sobre as elites parlamentares dos diferentes partidos políticos nas casas legislativas. Tal proposta se consubstancia na elaboração de um “indicador” para avaliar o “grau de transparência” e de disponibilidade de tais informações nas casas legislativas. Tal indicador está corporificado no gráfico abaixo, que busca mensurar e hierarquizar a magnitude das informações sobre os deputados disponíveis nos websites legislativos brasileiros. O índice foi obtido a partir das médias ponderadas dos percentuais de presença das variáveis examinadas a partir de seu grau de relevância para nossa pesquisa.

**Gráfico 1) Informações sobre perfil social dos partidos nos sites da ALES
(média ponderada dos percentuais)**



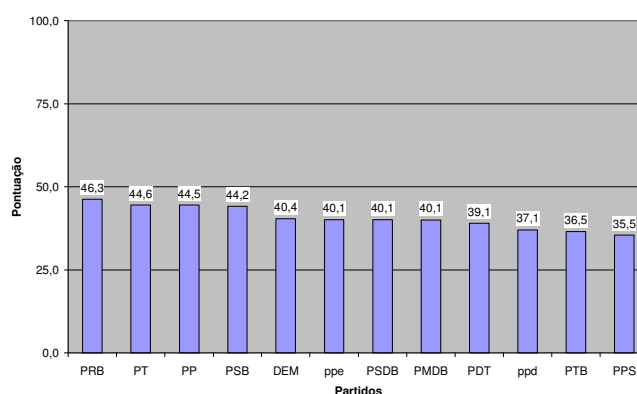
Observamos que, diferentemente do que ocorre com as várias unidades da federação brasileiras, há uma grande homogeneidade de informações entre os diversos partidos políticos, havendo pouca variação entre eles. Assim, todos eles apresentam níveis bastante insatisfatórios de transparência no tocante a informações sobre seus atributos inatos, revelando uma preocupação deficiente em fornecer informações sobre estas variáveis.

1.3) Trajetória e socialização política dos deputados estaduais.

Nesse segundo item procuraremos avaliar o grau de presença de informações sobre a trajetória ou socialização política pregressa dos deputados. Nos estudos sobre recrutamento, via de regra a categoria de “socialização política” é empregada para designar itens relacionados à atividade política dos parlamentares antes do exercício do mandato parlamentar. A importância de dados sobre a trajetória política para a compreensão da atividade das diferentes agremiações partidárias é particularmente destacada em estudos recentes, que constata que padrões de recrutamento mais endógenos e em segmentos sociais com menor patrimônio acumulado, tendem a gerar partidos mais coesos e parlamentares com carreiras mais estáveis e dependentes dos recursos propiciados pelas organizações às quais pertencem e, portanto, mais vinculados aos respectivos partidos políticos (MARENCO, 2000; MARENCO & SERNA, 2007).

No tocante a informações sobre a trajetória política dos deputados estaduais, através do exame da frequência desagregada dos itens podemos observar que é bastante desigual o percentual de informações sobre as diversas variáveis pesquisadas. Assim como no item anterior, derivamos como corolário do trabalho de coleta de dados um índice que consiste na média ponderada dos percentuais de informações contidas sobre os deputados nos sites das Assembléias Legislativas. O desempenho de cada partido político em relação às informações mais ou menos satisfatórias sobre a trajetória política de seus parlamentares é dado pelo gráfico abaixo:

**Gráfico 2: Informações sobre trajetória política dos partidos nos sites da ALES
(média ponderada dos percentuais)**



Como nas informações sobre o “perfil social” dos deputados, podemos observar um grau bastante deficiente de informações sobre a trajetória e a carreira política em todas as legendas partidárias. Com efeito, nenhum dos partidos políticos representados nas diferentes casas legislativas obteve índices satisfatórios de desempenho na disponibilização de informações sobre a trajetória política de seus deputados, num percentual ainda inferior às informações sobre seu “perfil social”.

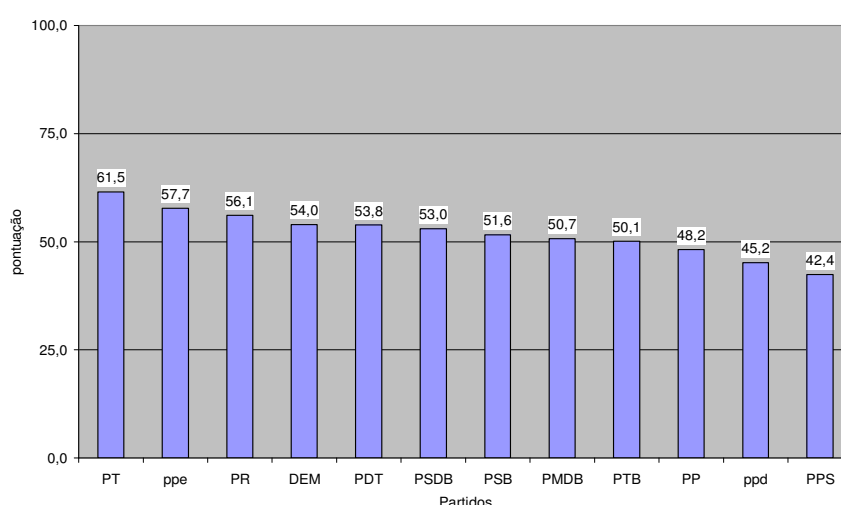
1.4) Comportamento político e parlamentar dos deputados estaduais.

Em relação aos itens relevantes para o estudo do comportamento político dos deputados, a partir das informações coletadas, podemos constatar que a maior parte dos deputados estaduais já disponibiliza e-mail para contato com o cidadão (94,9%) e número de telefone na web (71,3%), evidenciando que ao menos a disponibilização formal mecanismos de contato com os parlamentares já se tornou procedimento corriqueiro na maior parte das casas legislativas. O mesmo não ocorre, entretanto, com outros itens que podem vir a tornar mais transparente o processo deliberativo nas casas legislativas e a estimular a participação dos cidadãos-internautas nesse processo: por exemplo, apenas 359 (33,9%) do total de deputados estaduais da 16ª legislatura informaram ao cidadão-internauta endereço de seu website pessoal. Mais uma vez são os PPE (57,6%) e o PT (63,0%) que se singularizam em relação aos demais tipos de partido, apresentando um percentual mais elevado de deputados com websites pessoais. Por outro lado, ao contrário dos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal brasileiros, em nenhuma das ALES há link direto dos perfis pessoais dos deputados para o resultado das votações nominais ocorridas em plenário ou mesmo para a presença dos deputados à sessão. Pelos dados coletados na pesquisa podemos observar que já é amplamente difundido nos legislativos brasileiros a disponibilização de e-mails dos parlamentares, embora, como veremos adiante, a taxa de resposta seja bastante baixa (ao menos a questionários de pesquisas aplicados on-line) e o percentual de e-mails defeituosos ou que retornaram seja bastante elevada, com cerca de 17,9% de e-mails enviados aos deputados retornando por problemas técnicos. Entretanto, este mesmo grau de homogeneidade não ocorre no tocante a outras variáveis relacionadas ao uso da Web pelos deputados estaduais brasileiros, tais como o percentual de deputados com websites

peçoais, a taxa de resposta aos e-mails enviados, assim como as concepções reveladas e expressas acerca dos potenciais das relações entre internet e democracia como veremos a seguir.

Destas variáveis sobre comportamento dos parlamentares pertencentes às bancadas dos diferentes partidos políticos relevantes podemos derivar o gráfico abaixo, que ilustram o grau de disponibilidade de informações relevantes para o estudo do comportamento político dos parlamentares nas ALES.

Gráfico 3) Informações sobre comportamento político dos partidos nos sites da ALES (média ponderada dos percentuais)



Com efeito, o gráfico acima registra o percentual de informações disponível na web dos diferentes partidos políticos tomando como parâmetro um máximo possível ideal de 100%. Como podemos observar as variações entre os diferentes partidos relevantes representados nas ALES é maior do que nos itens anteriores, basicamente devido ao fato dele incorporar algumas variáveis que estão mais sob o controle dos partidos políticos.

Assim, embora a expectativa inicial de nossa pesquisa não tivesse se concretizado integralmente (dado que não encontramos entre as diferentes agremiações partidárias uma margem de diferença análoga à encontradas entre os diversos parlamentos estaduais), verificamos que há diferenças significativas entre os partidos, que exploraremos melhor no item seguinte.

2) Uso de websites e padrões de recrutamento dos deputados.

Vimos assim que, apesar de apresentarem poucas diferenças em informações sobre perfil social e trajetória política, os partidos apresentam algumas diferenças significativas entre si no tocante ao desempenho das variáveis que estão mais sob controle dos deputados individualmente considerados do que das políticas de gestão das casas legislativas⁶. Cabe agora avançar um pouco mais na análise. O procedimento adotado foi o de efetuar cruzamentos entre os dados sobre as várias dimensões dos padrões de recrutamento e de comportamento políticos dos parlamentares. Além disso, aplicamos uma versão preliminar de um pequeno questionário elaborado por nosso grupo de pesquisa, a fim de verificar o rendimento analítico desse recurso de pesquisa como instrumento de análise das concepções dos deputados estaduais brasileiros sobre internet e cidadania.

2.1) Uso de websites e espectro ideológico.

Em primeiro lugar devemos caracterizar os perfis dos respondentes dos emails vis-à-vis os perfis dos demais parlamentares. Consideraremos o uso de websites pessoais e as taxas de resposta a e-mails como indicadores razoavelmente precisos da intensidade de seu envolvimento com a internet, ao lado da construção de websites pessoais. Procuraremos contrastar o perfil dos respondentes com o perfil dos demais parlamentares.

Com relação à distribuição dos usuários e não-usuários de website por partido relevante (i. e., acima de uma hipotética cláusula de barreira de 3%), ela nos é dada pela tabela abaixo:

⁶ Como dissemos anteriormente, nos limitaremos neste artigo à análise das informações contidas nos perfis dos deputados que constam das casas legislativas. Não examinaremos as informações e os mecanismos de interatividade constantes nos websites pessoais dos deputados, procedimento este que efetuiremos posteriormente. Por sua vez, devemos esclarecer que distinguimos os websites pessoais dos parlamentares dos websites institucionais, i. e., daqueles domínios existentes nas casas legislativas e que divulgam informações rotineiras sobre os parlamentares, não alimentados e atualizados individualmente por eles mesmos ou por seu gabinete.

**Tabela 2: Websites pessoais por partido político
(maio de 2008)**

		total	total	sem	sem	com	com	
		N	%	website	website	website	website	%
Partido/maio de 2008								
1	PSOL	3	0,3	0	0,0	3	100,0	100,0
2	PT	127	12,0	47	37,0	80	63,0	100,0
3	PCdoB	12	1,1	5	41,7	7	58,3	100,0
4	PHS	7	0,7	3	42,9	4	57,1	100,0
5	PV	31	2,9	14	45,2	17	54,8	100,0
6	PSB	64	6,0	41	64,1	23	35,9	100,0
7	PRB	47	4,4	31	66,0	16	34,0	100,0
8	PMDB	169	16,0	112	66,3	57	33,7	100,0
9	PTC	3	0,3	2	66,7	1	33,3	100,0
10	PPS	38	3,6	26	68,4	12	31,6	100,0
11	DEM	111	10,5	77	69,4	34	30,6	100,0
12	PSDB	152	14,4	108	71,1	44	28,9	100,0
13	PTB	55	5,2	41	74,5	14	25,5	100,0
14	PDT	68	6,4	51	75,0	17	25,0	100,0
15	PSC	25	2,4	19	76,0	6	24,0	100,0
16	PSL	9	0,8	7	77,8	2	22,2	100,0
17	PP	55	5,2	44	80,0	11	20,0	100,0
18	PSDC	5	0,5	4	80,0	1	20,0	100,0
19	PTdoB	16	1,5	13	81,3	3	18,8	100,0
20	PTN	6	0,6	5	83,3	1	16,7	100,0
21	PRB	7	0,7	6	85,7	1	14,3	100,0
22	PMN	33	3,1	29	87,9	4	12,1	100,0
23	PRP	9	0,8	8	88,9	1	11,1	100,0
24	PAN	1	0,1	1	100,0	0	0,0	100,0
25	PCB	1	0,1	1	100,0	0	0,0	100,0
26	PRTB	4	0,4	4	100,0	0	0,0	100,0
	Total	1059	100,0	700	66,1	359	33,9	100,0

Fonte: Elaboração Própria

Com efeito, pela tabela acima podemos observar algumas diferenças que, embora pequenas, são significativas no uso de websites por categoria de parlamentares. Pelos dados acima podemos verificar que os partidos políticos brasileiros que mais possuem websites pessoais de seus parlamentares são o PSOL (100,0%), seguido do PT (63,0%) e do Pcdob (58,3%), todas elas agremiações situadas à esquerda do espectro político. Das 26 agremiações com representação parlamentar nas ALs brasileiras no primeiro semestre de 2008 apenas 3 não possuíam websites, todos eles pequenos partidos com representação parlamentar irrelevante. Dentre os partidos relevantes considerados de “esquerda” que possui o índice mais baixo de uso de websites por seus parlamentares, podemos destacar o PDT, com apenas 25,0% de seus deputados disponibilizando websites on-line. Dentre os partidos relevantes considerados de “direita” é o PRB/Partido Republicano Brasileiro que possui o maior percentual de parlamentares com websites pessoais (34,0%). O PMDB, por sua vez, o partido com maior representação parlamentar nas ALs brasileiras no primeiro semestre de 2008 apresenta um percentual mediano de 33,7% de deputados com websites pessoais.

Essa forte correlação entre campo ideológico e uso da internet pode ser atestada ou reforçada pela tabela abaixo⁷:

**Tabela 3) Websites pessoais por partido político
(maio de 2008)**

	total	total	sem website	sem website	com website	com website	tot
	N	%	N	%	N	%	%
Partido/Ideologia							
Centro	413	39,0	286	69,2	127	30,8	100,0
Direita	340	32,1	255	75,0	85	25,0	100,0
Esquerda	306	28,9	159	52,0	147	48,0	100,0
Total	1059	100,0	700	66,1	359	33,9	100,0

Fonte: Elaboração Própria

Pela tabela acima podemos verificar que os parlamentares pertencentes a partidos da esquerda do espectro ideológico possuem um percentual de websites pessoais superior se comparados aos demais parlamentares. Frise-se também que tal associação não é maior devido ao baixo percentual de parlamentares de agremiações tais como o PSB e o PDT com websites pessoais entre os partidos de esquerda. Embora sejam apenas 28,9% da totalidade dos deputados estaduais, os parlamentares dos partidos de esquerda possuem um percentual bem mais elevado de websites pessoais, evidenciando assim uma maior preocupação com o uso da internet e a transparência de suas ações em comparação com os parlamentares dos demais blocos ideológicos. [Cf. dados da tabela 6]

Verificada uma associação genérica entre o uso de websites e campos ideológicos, resta agora verificar se esta mesma associação verifica-se em outras dimensões da prática social e do comportamento dos deputados, tais como seu perfil social, trajetória política, “comportamento político” e “cultura política”. Sublinhe-se aqui que, menos do que chegar a conclusões definitivas sobre o tema, buscaremos traçar algumas diretrizes metodológicas a serem retomadas e recuperadas em maior grau de profundidade em estudos futuros.

2.2) Perfil social dos usuários e não-usuários de websites.

O primeiro item que analisaremos são as variáveis relacionadas ao “perfil social” dos deputados estaduais, tanto os “atributos inatos”, quando os “atributos adquiridos”, ou

⁷ Adotamos para definir agremiações de centro, esquerda e direita, o mesmo critério classificatório adotado por RODRIGUES (2006). A única diferente é que, ao contrário do autor, incluímos no “centro” partidos tais como o PPS e o PRB (antigo PL), agremiações classificadas por Leôncio como sendo de esquerda e de direita, respectivamente.

seja, aqueles que independem e os que dependem dos processos de socialização pelos quais passaram os deputados após a data de seu nascimento.

**Tabela 4) Websites pessoais X atributos inatos
(maio de 2008)**

	sem website	sem website	com website	com website	tot	tot
	N	%	N	%	N	%
Sexo/site ALES						
Feminino	75	10,7	39	10,9	114	10,8
Masculino	625	89,3	320	89,1	945	89,2
Cor da pele/site ALES						
Brancos	563	80,4	311	86,6	874	82,5
Negros	9	1,3	5	1,4	14	1,3
Pardos	87	12,4	34	9,5	121	11,4
Negros e pardos	96	13,7	39	10,9	135	12,7
S/i	41	5,9	9	2,5	50	4,7
Faixa etária/site ALES						
20 a 30	12	1,7	6	1,7	18	1,7
30 a 40	51	7,3	41	11,4	92	8,7
40 a 50	117	16,7	66	18,4	183	17,3
50 a 60	96	13,7	49	13,6	145	13,7
Maior que 60	50	7,1	18	5,0	68	6,4
S/i	374	53,4	179	49,9	553	52,2
Origem dos deputado/ALES						
Capital	72	10,3	56	15,6	128	12,1
Interior	229	32,7	121	33,7	350	33,1
Outro estado	66	9,4	37	10,3	103	9,7
Sem informação	333	47,6	145	40,4	478	45,1
Idade agregada/TSE						
De 16 a 25 anos	7	1,0	4	1,1	11	1,0
De 26 a 35 anos	79	11,3	41	11,4	120	11,3
De 36 a 45 anos	188	26,9	118	32,9	306	28,9
De 46 a 55 anos	274	39,1	131	36,5	405	38,2
De 56 a 65 anos	106	15,1	52	14,5	158	14,9
De 66 a 75 anos	28	4,0	10	2,8	38	3,6
De 76 a 85 anos	4	0,6	0	0,0	4	0,4
Total	700	66,1	359	33,9	1059	100,0

Fonte: TSE/Elaboração Própria

A tabela acima relaciona o grau de uso dos websites pelos deputados estaduais brasileiros com várias categorias de “atributos inatos” do perfil social dos deputados estaduais brasileiros. Trata-se de uma “primeira aproximação” ao estudo do tema, a fim de verificar se existem associações significativas que nos possibilitem chegar a conclusões sobre se os parlamentares mais “conectados” à web apresentam características distintas dos “menos conectados”. Os itens “sem informação”, como dissemos, são aqueles sobre os quais não existem informações disponíveis nos sites dos parlamentares.

Observamos em primeiro lugar que, no tocante à variável “sexo” inexistem associações relevantes com a disponibilização ou não disponibilização de websites e entre usuários ou não-usuários da internet, embora a proporção de parlamentares do sexo masculino com websites (33,9%), seja ligeiramente inferior à do sexo feminino (34,2%). Ou seja: ser do sexo masculino ou feminino não está significativamente associado ao uso de websites pelos deputados estaduais, dado que os parlamentares de ambos os sexos possuem um índice semelhante ao uso global de websites pelos

deputados como um todo. O mesmo se dá com os itens “cor da pele”, “faixa etária” (com idade obtida a partir dos sites legislativos) e “idade agregada” (obtida a partir do site do TSE).

No que se refere à associação entre os “atributos adquiridos” e o uso ou não uso de websites pessoais pelos deputados estaduais brasileiros, eles nos são informados pela tabela abaixo:

**Tabela 5) Websites pessoais X atributos adquiridos
(maio de 2008)**

	total	total	sem website	sem website	com website	com website	tot	tot
	N	%	N	%	N	%	N	%
Escolaridade/TSE								
Superior completo	693	65,4	420	60,6	273	39,4	693	100,0
Ensino Fundamental incompleto	19	1,8	12	63,2	7	36,8	19	100,0
Superior incompleto	120	11,3	88	73,3	32	26,7	120	100,0
Ensino Fundamental completo	42	4,0	32	76,2	10	23,8	42	100,0
Ensino Médio completo	161	15,2	126	78,3	35	21,7	161	100,0
Ensino Médio incompleto	20	1,9	18	90,0	2	10,0	20	100,0
Lê e Escreve	1	0,1	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Ensino superior completo?								
Sim	693	65,4	420	60,6	273	39,4	693	100,0
Não	366	34,6	280	76,5	86	23,5	366	100,0
Escolaridade/agr								
Pós-graduação	83	7,8	29	34,9	54	65,1	83	100,0
Ensino médio	32	3,0	20	62,5	12	37,5	32	100,0
Superior (completo/incompleto)	449	42,4	288	64,1	161	35,9	449	100,0
Total	1059	100,0	700	66,1	359	33,9	1059	100,0
S/I	491	46,4	360	73,3	131	26,7	491	100,0
Fundamental	4	0,4	3	75,0	1	25,0	4	100,0
Curso superior/agr								
Contabilidade	9	0,8	3	33,3	6	66,7	9	100,0
Economia	17	1,6	7	41,2	10	58,8	17	100,0
Humanas	83	7,8	37	44,6	46	55,4	83	100,0
Engenharia	48	4,5	26	54,2	22	45,8	48	100,0
Administração	51	4,8	29	56,9	22	43,1	51	100,0
Direito	159	15,0	93	58,5	66	41,5	159	100,0
Exatas	20	1,9	12	60,0	8	40,0	20	100,0
Medicina	69	6,5	49	71,0	20	29,0	69	100,0
S/i	572	54,0	420	73,4	152	26,6	572	100,0
Biológicas	31	2,9	24	77,4	7	22,6	31	100,0
Profissão/agregado								
Trabalhador braçal	10	0,9	5	50,0	5	50,0	10	100,0
Humanas	138	13,0	72	52,2	66	47,8	138	100,0
Técnicos	31	2,9	17	54,8	14	45,2	31	100,0
Exatas	54	5,1	30	55,6	24	44,4	54	100,0
Militar	23	2,2	13	56,5	10	43,5	23	100,0
Intelectuais/sociais aplicadas	154	14,5	93	60,4	61	39,6	154	100,0
Outras	39	3,7	27	69,2	12	30,8	39	100,0
Saúde/biológicas	110	10,4	79	71,8	31	28,2	110	100,0
S/i	349	33,0	254	72,8	95	27,2	349	100,0
Proprietário	151	14,3	110	72,8	41	27,2	151	100,0
Total	1059	100,0	700	66,1	359	33,9	1059	100,0

Fonte: Elaboração Própria

No tocante à distribuição dos websites por “atributos adquiridos”, embora os dados correspondam às expectativas iniciais da pesquisa (indicando uma maior associação entre uso da web e escolaridade, além de profissões com maior escolaridade), coletamos indicadores interessantes que nos alertam para a necessidade de reflexões posteriores mais aprofundadas sobre a temática.

Antes, devemos esclarecer que não conseguimos obter informações satisfatórias sobre a escolaridade de 491 parlamentares (46,4%), sobre o curso superior principal

cursado de 572 deputados e sobre as atividades profissionais de 349 deles. Quando possível e necessário, recorreremos aos dados disponíveis no site do TSE e do banco de dados elaborados pelo NUSP (BOLOGNESI et. al., 2007) para complementar as informações coletadas nos websites das casas legislativas.

Devemos observar inicialmente que há uma forte associação entre escolaridade e uso da internet, embora essa associação não seja “perfeita”, como podemos observar através de alguns indicadores. Assim, o maior percentual de parlamentares com website observa-se entre deputados com curso superior completo (39,4%, segundo os dados do TSE), e entre aqueles que possuem PG (65,1%, segundo as informações constantes nos websites das casas legislativas). Entretanto, um elemento perturbador nos dados constantes na tabela acima é o alto percentual relativo de indivíduos com ensino fundamental incompleto (36,8%) e de trabalhadores braçais que possuem websites para divulgar suas atividades políticas na web (50,0%)⁸. A nosso ver, esse fato relaciona-se com a alta percentagem de deputados pertencentes a partidos de esquerda recrutados nessa categoria profissional, evidenciando que o pertencimento aos partidos políticos pode ser um indutor maior de uso da web do que as características de escolaridade dos deputados.

No tocante às profissões exercidas, também verificamos uma distribuição desigual entre as diferentes profissões. Assim, os deputados que exerceram profissões da área de humanas tendem a utilizar websites com mais freqüência para divulgar suas atividades. Por sua vez, a categoria dos empresários usa pouco a web, evidenciando que esse tipo de categoria, com maior capital político e patrimônio pessoal, tende a usar em menor grau esse tipo de recurso.

Essa impressão inicial é corroborada se examinarmos os dados por patrimônio:

**Tabela 6) Websites pessoais X faixa patrimonial
(maio de 2008)**

	total	total	sem website	sem website	com website	com website	tot	tot
	N	%	N	%	N	%	N	%
Patrimônio desagregado:								
Médio Patrimônio	299	27,8	183	61,2	116	38,8	299	100,0
Baixo Patrimônio	131	12,4	83	63,4	48	36,6	131	100,0
Alto Patrimônio	206	19,5	135	65,5	71	34,5	206	100,0
Médio Baixo Patrimônio	130	12,3	88	67,7	42	32,3	130	100,0
Médio Alto Patrimônio	191	18,0	132	69,1	59	30,9	191	100,0
Nenhum Patrimônio	92	8,7	71	77,2	21	22,8	92	100,0
Patrimônio Muito Alto	10	0,9	8	80,0	2	20,0	10	100,0
Total	1059	100,0	700	66,1	359	33,9	1059	100,0

Fonte GPDI/NUSP (2008)

⁸ Sublinhe-se, porém, que estes dados são provisórios e sujeitos a uma checagem mais detalhada, assim como os dados constantes no final da legislatura que estamos consolidando.

Também aqui não verificamos nenhuma associação significativa entre faixa patrimonial e uso da web, demonstrando também que a internet é um meio menos elitista do que se supõe ser, dado que o custo de um website é relativamente pequeno. Sendo assim, o recurso à construção de websites é proporcionalmente mais usado por parlamentares com médio patrimônio (38,8%) e com baixo patrimônio (33,9%) do que por parlamentares com patrimônio alto, a serem corretos os dados declarados pelos deputados ao TSE.

2.3) Trajetória política dos usuários e não-usuários de websites.

No tocante às relações entre uso de websites e algumas variáveis de “trajetória política” dos vários parlamentares, as relações mais sugestivas que encontramos nos são dadas pela tabela abaixo.

**Tabela 6) Websites pessoais X socialização política
(maio de 2008)**

	total	total	sem website	sem website	com website	com website	tot	tot
	N	%	N	%	N	%	N	%
Período de entrada na política								
1960 a 1985	97	9,2	68	70,1	29	29,9	97	100,0
1985 a 2000	366	34,6	219	59,8	147	40,2	366	100,0
Posterior a 2000	252	23,8	139	55,2	113	44,8	252	100,0
S/i	344	32,5	274	79,7	70	20,3	344	100,0
Longevidade parlamentar/agre								
0	77	7,3	41	53,2	36	46,8	77	100,0
1 a 4	104	9,8	62	59,6	42	40,4	104	100,0
4 a 8	225	21,2	136	60,4	89	39,6	225	100,0
8 a 12	115	10,9	65	56,5	50	43,5	115	100,0
12 a 16	99	9,3	64	64,6	35	35,4	99	100,0
Mais de 16	130	12,3	82	63,1	48	36,9	130	100,0
Total	1059	100,0	700	66,1	359	33,9	1059	100,0
Informa vínculo com movimento associativo								
N	841	79,4	596	70,5	249	29,5	845	100,0
S	218	20,6	104	48,6	110	51,4	214	100,0
Vínculo com movimento associativo								
Assistencialismo	26	2,5	12	46,2	14	53,8	26	100,0
Associação de classe	21	2,0	16	76,2	5	23,8	21	100,0
Associações religiosas	17	1,6	7	41,2	10	58,8	17	100,0
Conselhos	7	0,7	4	57,1	3	42,9	7	100,0
Movimento estudantil	17	1,6	4	23,5	13	76,5	17	100,0
Movimento sindical	60	5,7	23	38,3	37	61,7	60	100,0
Movimentos sociais/ongs	32	3,0	16	50,0	16	50,0	32	100,0
Municipalismo	20	1,9	15	75,0	5	25,0	20	100,0
Outros	4	0,4	1	25,0	3	75,0	4	100,0
S/i	855	80,7	602	70,4	253	29,6	855	100,0
Total	1059	100,0	700	66,1	359	33,9	1059	100,0

Fonte Elaboração Própria

Pelos dados da tabela podemos observar que, segundo informações obtidas a partir dos websites dos candidatos, as categorias de parlamentares com maior grau de

utilização de websites pessoais são aqueles deputados que entraram na política após o ano 2000 (44,8%), os quais informam vínculo com algum movimento associativo em seus perfis (51,4%), e que militaram em movimentos estudantil (76,5%) e sindical (ou seja: 61,7% dos deputados que militaram em movimento sindical possuem website, ao contrário da média vigente de 33,9% entre os deputados como um todo).

Essa evidência reforça nossa impressão inicial segundo a qual são as variáveis de socialização e de cultura política aquelas que estão mais associadas à intensidade do uso das ferramentas políticas da Web pelos deputados. A partir destes dados podemos enunciar a proposição de que o uso de websites e de outras ferramentas da internet está menos relacionada às características dos perfis sociais e a variáveis de *background* dos parlamentares, do que aos atributos de socialização e cultura política. Essa proposição ficará mais evidente se analisarmos o questionário avaliando o posicionamento dos deputados sobre a internet e a democracia.

2.4) “Comportamento político” dos usuários e não-usuários de websites.

No tocante às relações entre uso de websites e algumas variáveis de “comportamento político” dos vários parlamentares, as relações mais interessantes que encontramos nos são informadas pela tabela abaixo.

**Tabela 7) Websites pessoais X “comportamento político”
(maio de 2008)**

	total	total	s/site	s/site	c/site	c/site	tot	tot
	N	%	N	%	N	%	N	%
Migrou?								
Não	989	93,4	647	65,4	342	34,6	989	100,0
Sim	70	6,6	53	75,7	17	24,3	70	100,0
Tem email?								
Não	54	5,1	48	6,9	6	1,7	54	5,1
Sim	1005	94,9	652	93,1	353	98,3	1005	94,9
Total	1059	100,0	700	100,0	359	100,0	1059	100,0
Informa endereço de gabinete?								
N	527	49,8	403	57,6	124	34,5	527	49,8
S	532	50,2	297	42,4	235	65,5	532	50,2
Total	1059	100,0	700	100,0	359	100,0	1059	100,0
Informa fone de contato?								
Não	304	28,7	260	85,5	44	14,5	304	100,0
Sim	755	71,3	440	58,3	315	41,7	755	100,0
Total	1059	100,0	700	66,1	359	33,9	1059	100,0
Gasto de campanha								
Alto gasto	179	16,9	79	44,1	100	55,9	179	100,0
Baixo gasto	16	1,5	15	93,8	1	6,3	16	100,0
Médio alto gasto	394	37,2	271	68,8	123	31,2	394	100,0
Médio baixo gasto	63	5,9	44	69,8	19	30,2	63	100,0
Médio gasto	407	38,3	291	71,5	116	28,5	407	100,0
Total	1059	100,0	700	66,1	359	33,9	1059	100,0

Fonte GPDI/NUSP (2008)

Aqui podemos fornecer vários indicadores que atestam que a disponibilização de websites pelos parlamentares está positivamente associada a uma série de variáveis de “comportamento político” relacionadas a uma maior transparência do trabalho parlamentar e legislativo. Assim, parlamentares que disponibilizam com mais frequência telefone e email de contato para os eleitores, que informam endereço de gabinete e que são mais fiéis aos partidos pelos quais foram eleitos, utilizam-se com mais frequência de websites pessoais para divulgar suas atividades. Um dado interessante, no entanto, é a elevada associação existente entre os gastos de campanha e a posse de websites pelos deputados: dos parlamentares que declararam um “alto gasto” de campanha ao TSE, cerca de 55,9% deles possuem websites uma das relações mais altas detectadas até o presente momento.

3) Conclusões.

Apesar do caráter limitado dos dados apresentados nesse “paper” e do fato de eles se referirem a uma pesquisa ainda em andamento, eles nos permitem chegar a algumas conclusões provisórias a serem posteriormente aprofundadas em fases posteriores desta pesquisa:

- Contrariando algumas avaliações iniciais excessivamente otimistas, quase eufóricas, sobre os impactos da Internet no funcionamento dos sistemas políticos democráticos contemporâneos, estudos mais recentes têm apontado vários problemas no uso desse recurso tecnológico (tais como a utilização ainda deficiente, pelos representantes eleitos, de sites pessoais para divulgar suas atividades; a “saturação” do processamento de mensagens enviadas por e-mail; a “monopolização” de listas de debates por indivíduos não comprometidos com os valores cívicos que possibilitem uma adequada convivência democrática e, principalmente, a deficiência de informações elementares sobre aspectos decisivos da esfera pública que possibilitem a construção de mecanismos deliberativos mais transparentes e eficazes), que colocam a necessidade de estudos empíricos mais sistemáticos para avaliar os reais impactos dessa mídia no sistema político.
- No entanto, há um reconhecimento crescente em certa vertente da literatura em se observar que, apesar destas deficiências, consideráveis avanços foram feitos no funcionamento das democracias através do emprego dos recursos tecnológicos

propiciados pela Internet (geração de uma pressão difusa por maior transparência das informações sobre processo decisório, aumento da participação política de alguns segmentos maior organizados da população etc.). O uso de *web sites* pessoais bem organizados, por exemplo, pode ser um importante fator de comunicação dos políticos, candidatos e órgãos da administração pública com o cidadão comum e, por outro lado, um eficiente recurso de acompanhamento e fiscalização do sistema político por parte da população.

- Uma porcentagem significativa de parlamentares já se utilizam de *web sites* para divulgar suas atividades, porcentagem superior à verificada por estudos anteriores sobre o tema em outros órgãos legislativos, evidenciando que há uma crescente preocupação dos representantes eleitos nos vários níveis de governo em se utilizarem da Internet para divulgar suas atividades para o cidadão comum.
- Via de regra estes parlamentares usuários da Web possuem uma concepção mais “participativa” de democracia, admitindo a existência de novas formas de participação democrática tais como plebiscitos, conselhos gestores e orçamento participativo, embora dentro dos quadros da democracia parlamentar.
- Entretanto, o grau de adesão a tais valores não se distribui de forma equitativa entre todos os subgrupos de deputados. Alguns tendem a admitir com maior intensidade que outros os potenciais da internet para aprofundar a democracia e estreitar os vínculos entre representantes e representados;
- Por fim, devemos afirmar que os indícios coletados nesse paper devem servir de base para estudos mais aprofundados que usem outras técnicas de pesquisa além de surveys enviados por e-mails por assistentes de pesquisa, que demonstraram ter uma baixa taxa global de retorno. Assim, o uso de novas técnicas tais como aplicação de questionários por correio e pessoalmente, entrevistas em profundidade, e análise de conteúdo em profundidade dos website pessoais dos deputados, devem ser utilizadas em etapas posteriores desta pesquisa, para mapear com mais sistematicidade os potenciais das TICs para ampliar a participação política dos cidadãos, assim como a relação deste fenômeno com os valores e o comportamento políticos adotados por determinados subgrupos de parlamentares nos diversos órgãos legislativos brasileiros.

Referências bibliográficas:

- ALPERIN, D. J.; SCHULTZ, D. *E-Democracy: Legislative-Constituent Communications in Minnesota and Wisconsin*. ????: Digitado, 2003. 41 p. Paper prepared for delivery at the 2003 Annual Meeting of the American Political Science Association, august 28 - august 31.
- BRAGA, S. *O papel das TICs na institucionalização das democracias; um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil*. Brasília: Plenarium/CEDI, 2007. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/internet/eve/realizados/portal_seminario2007/material.html. Acesso em: 25 de abril de 2007.
- BRAGA, Sérgio. ; CRUZ, Leticia Carina ; FRANÇA, Andressa Silvério Terra . Como os políticos brasileiros estão usando a internet para se comunicar e interagir com o eleitor? Um estudo sobre o uso da internet pelos candidatos às eleições de outubro de 2006 na região Sul do Brasil. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1692/1435>. Política & Sociedade, v. 6, p. 219-242, 2007.
- Braga, Sérgio ; Nicolás, Maria Alejandra. (2008) . Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 16, p. 107-130, 2008.
- CARDOSO, G.; MORGADO, A. *A comunicação política na sociedade da informação: elites parlamentares e internet*. Lisboa: Home page: <http://iscte.pt/~galc/>, 2003. Disponível em: http://iscte.pt/~galc/Texto_6.pdf.
- CASTELLS, M. (2003). *A galáxia internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CUNHA, M. A. V. C. DA. *Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo*. Santiago de Chile: Digitado, 2005. 25 p. Paper apresentado no X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 18-21 Oct.
- DADER, J. L. Ciberdemocracia y ciberparlamento. El uso de correo electrónico entre los parlamentarios españoles y ciudadanos comunes (1999-2001). *Telos*, Madrid?, n. 55, 2003. www.campusred.net/telos/articuloexperiencia.asp?idarticulo=1&rev=55. Acesso em: abr.-jun..
- DADER, J. L. La ciberdemocracia posible: reflexión prospectiva a partir de la experiencia en España. *Cuadernos de información y comunicación (CIC)*, ???, v. 6, 2001. Acesso em: nov. 2007.
- HEINZ, F. (ORGS). (2006). *Por outra história das elites* Rio de Janeiro: FGV.

- MARENCO, A.; SERNA, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, p. 93-113, jun. .
- MARQUES, F. P. J. *Níveis de participação dos cidadãos na internet; um exame dos web sites de senadores brasileiros e norte-americanos*. Curitiba: Disponível no site do XVI Compós. Acesso: julho de 2007, 2007. 26 p. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política", do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.
- MESSEMBERG, D. (2007). A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, mai./ago. .
- MIGUEL, L. F. (2000). Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. *BIB/Boletim Bibliográfico e Informativo de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 51-77, 1 sem. .
- MIGUEL, L. F. (2003). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. .
- NORRIS, P. (2001). *Digital divide; Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NORRIS, P. *Deepning Democracy via E-Governance*. Harvard : Harvard University, 2004. Draft paper disponível em: www.pippanorris.com.
- NORRIS, P. *Democratic Divide? The impact of the internet on Parliaments Worldwide*. Harvard University: John Kennedy School of Government, 2000. Paper apresentado no Congresso da APSA e disponível no site da autora: <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/acrobat/apsa2000demdiv.pdf> (acesso em 10 abr. 2006)..
- PERISSINOTTO, R. M.; BRAUNERT, M. B. (2006). A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 114-135, abr./mai. .
- PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; BRAGA, S.; FUKS, M. (2007). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR.
- RODRIGUES, L. M. (2006). *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha.
- RODRIGUES, L. M. (2002). Partidos, ideologia e composição social. *RBCS/Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, fev. .
- SILVA, S. P. *Participação política e internet: propondo uma análise teórico-metodológica a partir de quatro conglomerados de fatores*. Curitiba: UFBA, 2006. Trabalho apresentado no GT Internet e Política do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Salvador-BA. .

SILVA, S. P. (2005). Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 2, p. 450-468, out. .

SORJ, B. *Internet, Espacio Publico y Marketing Político: Entre la promoción de la comunicación y el solipsismo moralista*. Espanha: BIB/Boletim Bibliográfico e Informativo de Ciências Sociais, 2006. 21 p. Centro Edelstein de Investigaciones Sociales, Working Paper 2, Marzo de 2006. Disponível em <http://www.centroedelstein.org/espanol> (acesso em 13/04/2006).

